

Desmate na Amazônia cai 22,3% em um ano

Desmatamento na Amazônia cai 22,3% entre 2022 e 2023

Dados oficiais do Inpe mostram que o desmate fica abaixo de 10 mil km² pela primeira vez desde 2018

Jéssica Maes e Renato Machado

SÃO PAULO E BRASÍLIA Após quatro anos consecutivos de taxas altíssimas, o desmatamento anual na Amazônia ficou abaixo de 10 mil km² pela primeira vez. De agosto de 2022 a julho de 2023, foram perdidos 9.001 km² de floresta, uma redução de 22,3% na comparação com o período anterior.

Os dados são do programa Prodes, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que foram divulgados nesta quinta (9) e são considerados os números oficiais de desmatamento no país, sendo usados na definição de políticas públicas.

A taxa rompe o padrão estabelecido durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e representa uma vitória para o presidente Lula (PT), que tinha na pauta ambiental um dos focos da sua plataforma eleitoral.

Marina Silva (Rede), escolhida pelo petista para chefiar novamente MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima), foi a responsável pela criação do programa que reduziu o desmatamento de 27,8 mil km² em 2024, para a mínima histórica, de 4,6 mil km², em 2012.

A ministra afirmou que enfrentou neste ano uma situação mais complicada que em 2023, quando assumiu a pasta pela primeira vez. Segundo ela, o governo Bolsonaro foi leniente na região e permitiu a proliferação de uma série de crimes, como garimpo ilegal e tráfico de armas e drogas.

"Hoje há uma profusão de criminalidades após completo desmonte da estrutura de governança ambiental, de destruição de órgãos de comando e controle e de incentivo, inclusive, a atividades que redundavam em desmatamento."

Ela apontou que os dados poderiam ser melhores, mas o retrato ainda considera cinco meses da gestão Bolsonaro. O período avaliado pelo Pro-

des vai de agosto a julho por ser o intervalo entre as estações secas da floresta amazônica, quando o desmate é facilitado pela falta de chuvas. "Conseguimos uma redução de 22% do desmatamento mesmo tendo uma 'contração' de 6.000 km² [desmatados na Amazônia] do governo Bolsonaro", afirmou a ministra, referindo-se às taxas de agosto a dezembro de 2022, que compõem os números recém-divulgados.

"Desde janeiro, quando assumimos o governo, o presidente Lula assumiu o compromisso com o desmatamento zero até 2030. Grande parte desse desmatamento vem da Amazônia. Nós sabemos que era um desafio muito grande."

Esta foi a maior queda percentual no índice anual de desmatamento em uma década. De 2011 para 2012, a redução tinha sido de quase 29% — no entanto, a extensão do desmatamento era bem menor. Em 2011, tinham sido 6,418 km² derrubados. Em 2012, o valor atingiu o mínimo histórico do Prodes, de 4.571 km².

Os números são divulgados em meio a uma seca histórica na Amazônia, que fez rios virarem desertos e isolou comunidades. O fenômeno é promovido pela soma de fatores como o El Niño, as mudanças climáticas, o aquecimento do Atlântico Norte e a degradação da floresta.

A estiagem facilita com que as queimadas associadas ao desmatamento se espalhem. Os incêndios florestais têm deixado Manaus, cidade mais populosa da região, cheia de fumaça por vários dias.

Simultaneamente, o El Niño, que intensifica e prolonga secas no Norte e Nordeste, traz mais chuvas para o Sul — como tem acontecido nos alagamentos enfrentados no Rio Grande do Sul.

A ministra destacou que, apesar de ser um fenômeno natural, o El Niño tem sido mais frequente e intenso. "As consequências são dramáticas. Nós temos que agir no emergencial, como estamos agindo — só no estado do Amazonas já foram mais de R\$ 600 milhões. Quando a gente olha para o Rio Grande do Sul, algo em torno de R\$ 1 bilhão [em recursos federais]", afirmou.

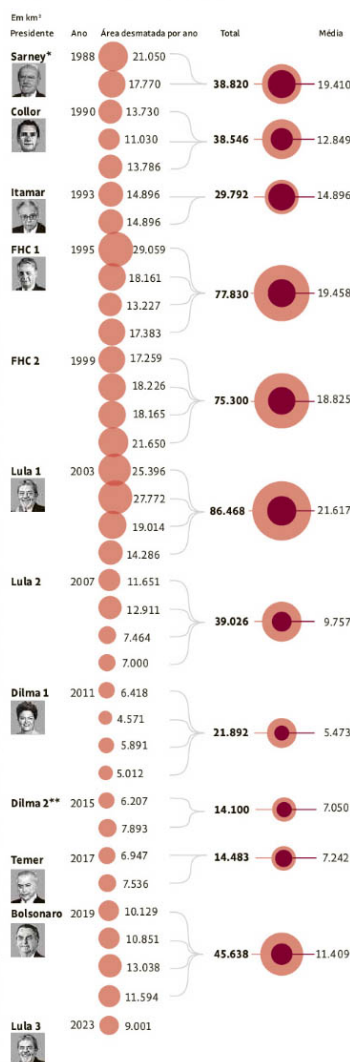
Marina disse que a agenda de adaptação climática está muito atrasada, mas é uma das prioridades do governo. "Agora, a melhor forma de enfrentar estruturalmente é continuar reduzindo a emissão de CO₂, não só no Brasil, mas no mundo", afirmou. "No Brasil, a melhor forma é combatendo o desmatamento."

Os dados apresentados apontam que o desmate na Amazônia Legal caiu 40% no Amazonas, 21% no Pará, 42% em Rondônia e teve um aumento de 9% em Mato Grosso.

Esse último estado e outros da região Centro-Oeste já haviam apresentado altos níveis de desmatamento em outro bioma. Em setembro, houve o maior índice de desmatamento para o mês já registrado no cerrado.

Foram perdidos 679,7 km². A maior marca até então para o período era de 451,5 km², em setembro de 2018. Em relação

Desmatamento na Amazônia



* Início do governo em 1985
 ** Com abertura do processo de impeachment, Dilma foi afastada do cargo em maio de 2016
 Fonte: Prodes/Inpe

ao mesmo mês em 2022, o crescimento foi de 149% no bioma.

Questionada se haveria a possibilidade de uma migração da atividade dos desmatadores do bioma amazônico para o cerrado, Marina Silva afirmou não ter indícios que apontem nesse sentido.

Especialistas veem com otimismo os números apresentados nesta quinta, enquanto apontam lacunas e passos que deveriam ser seguidos.

"A redução do desmatamento na Amazônia observado pelo Prodes, ainda que considere o último semestre de 2022, é um ótimo sinal, resultado de uma ação coordenada do governo. Ainda assim, os níveis de desmatamento continuam altos e precisamos zerar essa destruição", avaliou Mariana Napolitano, diretora de estratégia da ONG WWF-Brasil.

Beto Mesquita, membro da Coalizão Brasil e diretor de florestas e políticas públicas da BVrio, também destaca a atuação do Estado.

"A redução na taxa de desmatamento não se deu de maneira aleatória. Os dados indicam que provavelmente foram consequências de um conjunto de ações que vêm sendo tomadas pelos governos federal e estaduais, sobretudo pela articulação entre eles", disse.

"Ações como o cancelamento de CAR (Cadastro Ambiental Rural) em florestas públicas, a destruição de maquinário para desmate e a apreensão de gado em terras indígenas são sinais importantes das medidas de comando e controle, enumeradas Mesquita.

Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, avaliou que os números evidenciam a "diferença abissal" entre a agenda ambiental do atual governo e a de seu antecessor. Astrini disse acreditar, porém, que a atuação do Congresso pode nublar as boas notícias.

"Não adianta a gente combater o crime ambiental no chão da floresta e fortalecer esse mesmo crime no carpete do Congresso. É isso que está acontecendo. A bancada ruralista, que é uma bancada que historicamente atua contra as legislações ambientais, está tendo a benevolência dos negociadores do governo dentro do Congresso, em várias agendas", destacou.

Entre as pautas ambientalmente sensíveis que tramitam na Câmara e no Senado estão propostas que mudam o processo de licenciamento, a demarcação de terras indígenas e a liberação de agrotóxicos. Colaboração: Philippe Watanabe, de São Paulo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Ambiente Caderno: B Página: 1